

O “MANIFESTO DOS MÉDICOS” E A DIVISÃO DE MATO-GROSSO

Pedro Valle*

Os historiadores, quando pretendem estudar e analisar acontecimentos pretéritos a fim de escrever e/ou reconstituir a História, de maneira isenta e inquestionável, seguem preliminarmente o seguinte método de investigação para chegar à Verdade:

1ª - Buscam identificar quem soube primeiro dos fatos ocorridos. Eliminam, assim, a priori, aqueles que tiveram como fonte informações de terceiras pessoas;

2ª - No passo seguinte, identificada a fonte primária, verificam como essa fonte pôde saber diretamente dos acontecimentos. Se ela se encontrava no local, no espaço e no tempo, as pesquisas prosseguem para efeito de confrontar essas informações com a versão conhecida. Estas devem conformar-se com os fatos. Caso contrário, o testemunho é descartado.

Aplicados tais critérios no caso do chamado “Manifesto dos Médicos”, divulgado no dia 22 de agosto de 1963, em forma de panfleto distribuído pelas ruas de Cuiabá, não se conhece, até agora, qualquer análise séria a respeito de como os fatos se passaram na realidade. Aqueles que abordaram o assunto se limitaram a uma leitura superficial e incompleta dos acontecimentos, criando uma versão distorcida que vai sendo repetida por outros autores que se manifestam posteriormente sem a preocupação de um exame frio da realidade então existente.

Assim, a versão vai ganhando foro de verdade, tão repetitiva se torna!

X X X X X

O autor informa, preliminarmente, que se encontrava no palco daqueles acontecimentos. E era um observador privilegiado porque exercia a então função de Oficial de Gabinete do Governador do Estado, com atribuições, nos dias de hoje, conferidas aos Chefes da Casa Civil e aos Secretários de Comunicação Social do Poder Executivo. Era auxiliar direto do Governador, trabalhava ao seu lado diariamente, estava radicado em Cuiabá, conhecia a sociedade local e, dessa forma, possuía visão completa da realidade política do Estado. Sente-se, pois, com autoridade para abordar o assunto.

*Médico e escritor

Para desempenhar essa tarefa, necessário é recriar aquela realidade a partir das personagens envolvidas. Verificar, inicialmente, quais eram as principais delas. Governava o Estado, eleito diretamente pela segunda vez, o médico-cirurgião Dr. Fernando Correa da Costa, da então União Democrática Nacional, que batera em pleito renhido o candidato adversário, o Senador Filinto Müller, do Partido Social Democrático. O Governador era cuiabano de nascimento, mas após obter, no Rio de Janeiro, seu diploma de médico, radicara-se em Campo Grande. Era descendente de tradicional família de políticos. Seu pai, Pedro Celestino Correa da Costa, como ele, governara o Estado por duas vezes. Era adversário ferrenho da Divisão do Estado, como o era também o campo-grandense Jânio Quadros, eleito Presidente da República no mesmo pleito.

Jânio, durante sua campanha em direção ao Planalto, declarava, ante tentativa divisionista de sua cidade natal, (que lançara Manifesto em 1º.06.1959 distribuído em Campo Grande sob forma de panfleto) que naqueles dias os meios de comunicação existentes eram outros e que o Estado precisava de uma integração maior.

Já o Dr. Fernando Corrêa da Costa reiterava seu conhecido posicionamento sobre a questão afirmando à "Revista Mato-Grosso 1965", editada pelo Serviço de Relações Públicas, sob responsabilidade do autor:

"Sou em princípio contrário a qualquer subtração de território de Mato-Grosso. Quero meu Estado uno e unido como vi desde que nasci. A integração econômica de Mato-Grosso é a antítese de sua Divisão."

O Dr. Fernando, eleito pela UDN, sucedera seu adversário político, o Dr. João Ponce de Arruda, do PSD, que governara de 1956 a 1961. Naquela época, o mandato dos governadores, em Mato-Grosso, era de cinco anos. Iria, o dirigente udenista, administrar o Estado de 1961 a 1966.

Outra personagem envolvida foi o jornalista Fausto Vieira de Campos, paulista que residiu em Cuiabá por alguns anos, onde fora correspondente da "Folha de São Paulo". Durante mais de um decênio, editou a revista "Brasil-Oeste", dedicada à realidade da região, sucedido nessa tarefa por seu filho, também jornalista, Fausto Morais Godoy Vieira de Campos até sua extinção. Essa revista prestou relevantes serviços a Mato-Grosso. Em 1955 Fausto Vieira de Campos lançou a primeira edição do livro "Retrato de Mato-Grosso", reeditado

em 1960. Finalmente, entre as mais importantes personagens envolvidas estava o médico pediatra cuiabano Dr. José Faria Vinagre. Nunca teve participação política em cargos ou em mandatos, mas era um ativo militante do Partido Social Democrático, e muito ligado ao Senador Filinto Müller, que o ajudara na árdua tarefa de formar-se em medicina, sendo de família pobre. Foi quem redigiu o Manifesto e o primeiro a assiná-lo. Profissional conceituado e competente, mas aqui agindo apaixonadamente.

Outras personagens irão aparecendo no curso desta interpretação histórica.

x x x x x

Na segunda edição do citado livro "Retrato de Mato-Grosso", datada de 1960 mas só distribuída ao público de Cuiabá no início de 1963, Fausto Vieira de Campos cometeu a imprudência de ofender Cuiabá e os cuiabanos, ainda impulsionado pela campanha dos campo-grandenses, sobre a qual o campo-grandense Jânio Quadros jogou água fria durante sua campanha para a Presidência.

Disse ele:

"O estabelecimento da Capital de Mato Grosso em Cuiabá constituiu erro político-administrativo. Situada em posição geográfica desfavorável, restringida a comunicações (por via fluvial) unicamente com a região sudoeste, isolada, trancada, pela tradição e pela própria topografia, ao progresso, em mais de 200 anos de existência Cuiabá não resolveu os seus problemas urbanos. Viveu e ainda vive distanciada da atividade que se desenvolve nos municípios que integram o Estado. O destino da urbe foi contrariado. Ali deveria constituir-se uma Cidade-Monumento, preservando-se a herança da história, para a cultura das gerações hodiernas.

A divisão de Mato Grosso e a conseqüente formação de dois Estados Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul é um imperativo de progresso para o Oeste Brasileiro. O problema deve ser encarado com realismo, e resolvido com sabedoria. Os tempos atuais não justificam resistências fundadas em tradições ou em sentimentalismos.

A diversidade de vida entre nortistas e sulistas, a ausência do Governo de Cuiabá em empreendimentos reclamados pelo Sul, geraram os anseios que, mais uma vez, se expressam de uma divisão do Estado, de forma que, constituídas duas Unidades autônomas, possa cada uma delas centralizar os seus esforços próprios e demarcar o seu roteiro futuro.

Os sulistas já estão desencantados com o cumprimento do glorioso destino de povoar e civilizar uma área ponderável do Estado de Mato Grosso, como meros contribuintes do Erário público...”.

A reação cuiabana (porque ela foi essencialmente cuiabana e não do Norte do Estado) veio indignada. Justa. Mas, emocional e político-partidária, porque aproveitou a oportunidade para, subterfugamente, fazer oposição ao então Governador Dr. Fernando Correa da Costa.

Essa reação se corporificou no chamado “Manifesto dos Médicos”, redigido e implementado pelo pediatra Dr. José Faria Vinagre e por essa razão assinado por expressivo número de médicos 18 facultativos.

Subscreveram aquele documento apenas 69 pessoas (68 delas de Cuiabá e apenas 1 de Alto Garças o Deputado Estadual Oscar Soares).

Entre estas estavam 3 vereadores, 1 vereador-motorista, 4 motoristas, 3 advogados, 2 funcionários públicos autárquicos, 1 dentista, 1 farmacêutico, 5 contadores, 2 engenheiros, 2 jornalistas, 1 poeta do povo, 2 gráficos e 23 pessoas que não se qualificaram profissionalmente no tal manifesto.

Entre estas últimas, inúmeras donas-de-casa sem nenhuma participação na vida política do Estado.

Aqueles oposicionistas mais exaltados, como era o caso do Sr. Clóvis Hugueney (PSD), aproveitaram o ensejo para colher assinaturas de sua esposa (Aracy), de sua filha (Cloracy Hugueney Franco Lobo), de seu genro (José Luiz Franco Lobo), e de seu filho (Clocy Hugueney) a fim de engrossar o número de signatários...

Nenhum Senador, Deputado Estadual de Cuiabá, Prefeito, representante do comércio, da indústria, da agricultura e de outras atividades produtivas após sua assinatura ali.

Onde estão as assinaturas de gente de Cáceres, Várzea Grande, Poconé, Rondonópolis, Rosário Oeste, Diamantino, Nobres, Barra do Bugres, Alto Araguaia e outras cidades importantes da época para que se pudesse falar em pronunciamento político dos Nortistas?

Não existe sequer um único líder da iniciativa privada que apoiou a idéia. Vamos nos referir à atividade empresarial um pouco adiante.

Duas assinaturas, porém, merecem registro especial: as do Dr. José Feliciano de Figueiredo (ex-Deputado Estadual, na época sem mandato, e futuro Deputado Federal) e do Dr. Frederico Carlos Soares Campos, que viria a ser nomeado e posteriormente eleito Prefeito de Cuiabá e Governador do Estado, naquele tempo sem haver entrado na vida política.

Voltaremos a nos referir a ambos.

O Manifesto investe contra o jornalista Fausto Vieira de Campos, repudiando seus conceitos, mas de passagem, clara ou veladamente, fabricando pretexto para um alinhamento político-partidário.

Diz ele:

“O que não se pode, todavia, é atribuir a Cuiabá a culpa pela demora na marcha do progresso de nosso Estado, como insinuam muitos e entre eles o Sr. Fausto Vieira de Campos em seu livro *Retrato de Mato Grosso*, edição de 1960, cujas intenções se patenteiam claras nas entrelinhas, quando assim se expressa: 'O estabelecimento da Capital de Mato Grosso em Cuiabá constituiu erro político-administrativo. Situada em posição geográfica desfavorável, restringida a comunicação (por via fluvial) unicamente com a região sudoeste, isolada, trancada, pela tradição e pela própria topografia, ao progresso, em mais de 200 anos de existência, Cuiabá não resolveu os seus problemas urbanos. Viveu e ainda vive distanciada da atividade que se desenvolve nos municípios que integram o Estado. O destino da urbe foi contrariado.

Atentem, agora, para esta passagem, mais adiante:

'Ali deveria constituir-se uma Cidade-Monumento, preservando-se a herança da História, para a cultura das gerações hodiernas.'

• Nada mais falso! Engana-se Sua Senhoria: o estabelecimento da Capital de Mato Grosso em Cuiabá não constituiu erro político-administrativo; foi apenas um imperativo da época, como é, hoje, a divisão do Estado um imperativo do momento. Foi aqui, quer queiram quer não queiram os nossos simpatizantes ou detratores, foi Cuiabá, repetimos, o centro de onde se irradiou a colonização de todo o resto do Estado. Foi Cuiabá quem garantiu para o País as fronteiras do oeste brasileiro. Instalar-se onde, então, a capital de Mato Grosso? Se os filhos do sul se sentem, hoje, em posição de auto-suficiência para uma sobrevida autônoma, isso é prova evidente, inconteste, de que o Governo de Cuiabá não fez ouvidos moucos às suas aspirações; não se ausentou aos seus anseios de desenvolvimento.

E prossegue:

Quem prevê para um futuro não muito remoto, a solução dos seus problemas de energia elétrica? Serão, por acaso, os nortistas que se beneficiarão com as usinas do Mimoso e Urubupungá? Enquanto isto se providencia para o sul, para o norte não se cogita sequer de solucionar em definitivo o seu problema de luz elétrica. E vivêramos, vivemos ainda e viveremos anos a fio mergulhados

nas trevas de racionamentos diários de luz, apesar das somas fabulosas já enterradas nas ultrapassadas usinas do rio da Casca. Qual a obra de envergadura, ou sem envergadura mesmo, prevista para beneficiar o norte do Estado? Nenhuma, absolutamente nenhuma. Até nossas estradas de rodagem, único meio comum de transporte de que dispomos, excluído, é claro, o caríssimo transporte aéreo, estão relegadas ao mais completo abandono; segundo se afirma, as máquinas que nelas trabalhavam se transferiram para o sul do Estado.”

Ao dizer que o então Sul do Estado seria beneficiário da energia a ser no futuro gerada pelas Usinas de Urubupungá e de Mimoso (esta no Rio Pardo, em território do hoje Mato Grosso do Sul), procurava atribuir ao Governo do Estado parcialidade no atendimento das necessidades da região Norte (hoje o Estado de Mato Grosso). Sabendo, como toda a coletividade sabia, que a construção de Urubupungá era obra idealizada e sugerida aos demais governadores da Região pelo Governador Dr. Fernando Correa da Costa, mas liderada pelos Estados da Região Sudeste (São Paulo, Paraná e Santa Catarina, São Paulo à frente), ainda assim procurava identificá-la com o Governo de Mato Grosso, que com essa iniciativa (da qual participara financeiramente apenas de maneira simbólica) estaria preterindo Cuiabá. Na verdade, de responsabilidade do Executivo Estadual era apenas a construção da Usina de Mimoso, no Sul do Estado, enquanto a duras penas se empenhava na construção da Usina de Casca 3, em Chapada dos Guimarães, destinada ao abastecimento da capital.

Tanto a região Sul (hoje o Estado de Mato Grosso do Sul) quanto a região Norte (hoje o Estado de Mato Grosso) só tiveram equacionados e resolvidos seus problemas de abastecimento de energia elétrica anos mais tarde, com a construção de modernas linhas de transmissão a partir das regiões sudeste do país (no primeiro caso) e de Goiás (no segundo caso) por força da interligação das grandes bacias nacionais a cargo do Governo Federal.

Na época o assunto rendia dividendos políticos aos pescadores de águas turvas... Vamos deixar sem maiores comentários a última oração do trecho reproduzido: “Segundo se afirma, as máquinas que nela (na região Norte) trabalhavam se transferiram para o Sul do Estado”.

A expressão “segundo se afirma” não tem sujeito identificado, não contém certeza e é usada seguidamente para dar curso a boatos...

E prossegue o Manifesto deixando mais uma vez evidente a intenção de atingir objetivo político-partidário que emerge em cada trecho:

“Apuremos a naturalidade de todos os dirigentes do Estado, daqueles que empurram as rédeas do Governo, e veremos à luz meridiana dos fatos como é quase nula a participação de nortistas no seu *staff* administrativo. Quantos cuiabanos participam dele?”

O ataque aqui é direto ao Governador, que não teria recrutado na quantidade desejada pelos signatários elementos cuiabanos (de nascimento ou não), para integrar a equipe que “empurram” (sic) as rédeas do governo.

Outra gritante inverdade!

Na composição do segundo Governo Dr. Fernando Correa da Costa, que estamos analisando, predominava esmagadora maioria de cuiabanos (de nascimento ou radicados na Capital).

Se a acusação partisse dos Sulistas, de predominância de cuiabanos na máquina governamental, até faria algum sentido...

Vejam nas páginas seguintes como foram preenchidos os cargos dos primeiro e segundo escalões naquele período administrativo.

Composição do Governo Fernando C. da Costa (2ª Mandato 31.01.1961 a 31.01.1966)

Órgãos ou funções diretamente subordinados ao Governador

1. -- Gabinete:

a. Cel. P.M. Luiz de Carvalho (cuiabano radicado em Cuiabá)
Assistente Militar

B. Cel. P.M. Luís Mamede de Carvalho (cuiabano radicado em Cuiabá)
Assistente Militar

c. Tenente P.M. Francisco Antunes da Silva (cuiabano radicado em Cuiabá)
Ajudante

d. Tenente P.M. Camilo Luiz Amorim (cuiabano radicado em Cuiabá)
Ajudante

e. José Faria Figueiredo (cuiabano radicado em Cuiabá)
Diretor Geral de Expediente

f. Antonieta Nassar (rio-brilhantense radicada em Campo Grande)
Secretária Particular

g. Pedro Valle (mirandense radicado em Cuiabá)
Oficial de Gabinete e Chefe de Relações Públicas

2 -- Outros órgãos diretamente subordinados:

- a. Dr. Eurycles Mota (cuiabano radicado em Cuiabá)
Procurador-Geral do Estado
- b. Dr. Clóvis de Mello (cuiabano radicado em Cuiabá)
Chefe de Polícia
- c. Cel. PM José Silvério Magalhães (cuiabano radicado em Cuiabá)
Chefe de Polícia
- d. Dr. Victor de Andrade Brito (sidrolandense radicado em Belo Horizonte)
Diretor das Centrais Elétricas
- e. Dr. Demóstenes Martins Filho (nioaquense radicado em São Paulo)
Diretor da Comissão de Estradas de Rodagem
- f. Dr. Oscar Ribeiro Travassos (carioca radicado em Cuiabá)
Presidente do Ipemat Instituto de Previdência
- g. Dr. Clóvis de Mello (cuiabano radicado em Cuiabá)
Presidente do Ipemat Instituto de Previdência
- h. João Capilé Júnior (douradense e/ou radicado em Cuiabá)
Presidente da Comissão de Planejamento da Produção
- i. Dr. Luiz Portela (cuiabano radicado em Cuiabá)
Presidente do PLAMAT Planejamento de Mato Grosso
- j. Dr. Milton Bacha (paulista radicado em São Paulo)
Presidente do PLAMAT Planejamento de Mato Grosso
- k. Dr. Luiz Portela (cuiabano radicado em Cuiabá)
Presidente da Cohab Cooperativa Habitacional
- l. Profª. Paulina Antunes de Barros (cuiabana radicada em Cuiabá)
Diretora do Serviço Público
- M. Dr. Antônio Moisés Nadaf (cuiabano radicado em Cuiabá)
Representante do Estado Junto à SPEVEA Superintendência de Valorização da
Amazônia

n. Armando Albernaz de Albuquerque (cuiabano radicado em Cuiabá)
Diretor do Departamento Estadual de Estatística

3 -- Secretaria do Interior, Justiça e Finanças:

a. Prof.^a Aecim Tocantins (cuiabano radicado em Cuiabá)
Secretário do Interior, Justiça e Finanças

b. Dr. Manoel José de Arruda (cuiabano radicado em Cuiabá)
Secretário do Interior, Justiça e Finanças

c. Dr. Demóstenes Martins (pernambucano radicado em C. Grande)
Secretário do Interior, Justiça e Finanças.

3.1 -- Órgãos subordinados:

a. Octávio de Oliveira (cuiabano radicado em Cuiabá)
Diretor do Tesouro do Estado

b. Antônio Custódio R. Coelho (paulista radicado em Cuiabá)
Presidente do Banco do Estado

c. Dr. Auro A. P. Figueiredo (cuiabano radicado em Cuiabá)
Diretor da Imprensa Oficial

d. Cel. P.M. Luiz Mamede de Carvalho (cuiabano radicado em Cuiabá)
Comandante da Polícia Militar

e. Cel. P.M. Luiz de Carvalho (cuiabano radicado em Cuiabá)
Comandante da Polícia Militar

4 -- Secretaria de Educação, Cultura e Saúde

a. Dr. Hermes Rodrigues de Alcântara (cuiabano radicado em Cuiabá)
Secretário de Educação, Cultura e Saúde

B. Dr. João Bernardo Correa da Costa (cuiabano radicado em Cuiabá)
Secretário de Educação, Cultura e Saúde

4.1 Órgãos subordinados

a. Prof. Sebastião de Arruda Figueiredo (cuiabano radicado em Cuiabá)
Diretor do Departamento de Educação

b. Profa. Ângela Jardim Botelho (cuiabana radicada em Cuiabá)
Diretora do Departamento Administrativo

c. Dr. Antônio Correa da Costa (cuiabano radicado em Cuiabá)
Diretor do Departamento de Saúde

d. Dr. Jorge David Nassar (campo-grandense radicado em Campo Grande)
Presidente da FUSMAT Fundação de Saúde

5 -- Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas

a. Dr. Bernardo Baís Neto (piracicabano radicado em Campo Grande)
Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas

b. Dr. Otávio Augusto Lobo Carneiro (carioca radicado em Corumbá)
Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas

5.1 --- Órgãos subordinados

a. Dr. Antônio de Arruda Marques (cacerense radicado em Cuiabá)

Diretor do Departamento de Terras

b. Dr. Theobaldo Jorge Zeferino (campo-grandense radicado em Cuiabá)
Direto do Departamento de Terras

c. Dr. Ézio Francisco Calábria (corumbaense radicado em Cuiabá)
Diretor do Departamento de Obras Públicas

d. Dr. Francisco Vilanova (cacerense radicado em Cuiabá)
Diretor do Departamento de Obras Públicas

e. Dr. Duayr João de Barcelos (paulista radicado em São Paulo)
Presidente da Casemat Armazéns e Silos

f. Dr. Milton F. Mendes (cuiabano radicado em Cuiabá)
Presidente da Casemat Armazéns e Silos

g. Izidoro Casal Caminha (campo-grandense radicado em Campo Grande)
Presidente da Camat Companhia Agrícola

h. Dr. Bento Machado Lobo (cuiabano radicado em Cuiabá)
Presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural ACARMAT

i. Archimedes Pereira Lima (campo-grandense radicado em Cuiabá)
Presidente da Usina Jaciara S.A. Usina de Açucar
Prossigamos examinando o documento:

“Em todos os atos administrativos, só os cegos mentais não podem ou não querem enxergar a tão notória má vontade contra o norte do Estado. Até nos atos mais corriqueiros, tais sejam, a distribuição de verbas para hospitais e maternidades, os festejos comemorativos de aniversário de cidades, em todos eles; enfim, é gritante a diferença de trato.”

No que se refere à distribuição de verbas para hospitais e maternidades terreno em que exercia suas atividades o redator do Manifesto o Serviço de Relações Públicas do Governo do Estado, então chefiado pelo autor, divulgou uma relação completa das verbas destinadas às duas regiões Sul e Norte perfeitamente equânimes, deixando desnuda mais uma inverdade do Manifesto.

O trecho final da parte acima transcrita visa atingir pessoalmente o Governador, adversário político, quando afirma:

“... os festejos comemorativos de aniversários de cidades, em todos eles é gritante a diferença de trato.”

Aqui são necessários alguns esclarecimentos para desmascarar a matreirice embutida.

Os aniversários de fundação das então principais cidades do Estado ocorriam nas seguintes datas: Cuiabá, 8 de abril Campo Grande, 26 de agosto Corumbá, 21 de setembro. Como a data do aniversário de Cuiabá inúmeras vezes coincidia com a Semana Santa, o período era aproveitado pelo Governador Dr. Fernando Correa da Costa para alguns dias de descanso em sua fazenda de gado “São Pedro”, no Pantanal.

Ele passava praticamente o ano inteiro na sede do Governo em Cuiabá, administrando e fazendo articulações políticas com as lideranças do Norte (e em menor número com as do Sul) e aproveitava as datas comemorativas dos aniversários de Campo Grande e Corumbá para desempenhar idênticas tarefas.

As entrelinhas do texto seco do documento (sem estes comentários) ocultam um sentimento muito prejudicial a quem o agasalha: o exacerbado partidarismo político.

Prossigamos no exame do Manifesto:

“Inerte tem sido, isto sim, a atitude dos seus dirigentes, e infeliz de Cuiabá se não contasse com o dinamismo da iniciativa privada. Sente-se isso, nos disse há pouco um visitante ilustre, que Cuiabá é uma cidade em franca transformação, nas pegadas de um progresso imprevisível, à custa exclusiva da iniciativa privada. E nós acrescentamos, apesar da inércia dos Poderes Públicos.”

Não parece estranho que, da iniciativa privada, que sustenta a franca transformação de Cuiabá para o progresso, sofrendo o peso das tarefas que a inércia dos Poderes Públicos não realiza, nenhum representante haja assinado o Manifesto...?

As classes produtoras se manifestaram, isso sim, e por unanimidade, contra a Divisão do Estado, como veremos um pouco à frente.

Para finalizar, reproduzamos a parte final do documento:

“Para sairmos desse caos, não nos cabe outra alternativa senão dispormos de Governadores nortistas, Deputados Estaduais nortistas e nortistas Deputados Federais e Senadores. As suas vistas voltar-se-ão só e exclusivamente para o norte, como fazem, hoje, para o sul os olhos dos nossos dirigentes!

E o único caminho a trilhar é dividir-se o Estado. Fechemos aquela tesoura que um dia nos exibiram aberta com o Estado entre as lâminas.

Para felicidade deles; para sobrevivência nossa!"

Algumas lideranças do Sul repetiam o mesmo refrão, argumentando que trabalhavam para sustentar o Norte...

O "Manifesto dos Médicos", já dissemos, investe diretamente (e com justiça) contra o jornalista Fausto Vieira de Campos, pois no Sul do Estado não havia qualquer manifestação a respeito da Divisão desde 1º de junho de 1959. Foi o único mote a provocar a reação cuiabana, indignada e emocional e não uma tomada de posição dos nortistas pela cousa divisionista.

x x x x x

Duas personalidades signatárias do Manifesto citado viriam a posicionar-se publicamente, distantes já do clima emocional, gerado na alma cuiabana pelas ofensas do autor do livro "Retrato de Mato Grosso": os senhores Frederico Carlos Soares Campos e José Feliciano do Figueiredo.

O primeiro, em fevereiro de 1977 (pouco antes de ser escolhido para governar o Estado dividido) no trabalho intitulado "Considerações sobre a possível divisão territorial do Estado de Mato Grosso", deixava o seguinte registro:

"Várias têm sido as campanhas visando tal separação, todas, no entanto, calcadas naquele pernicioso princípio de que 'para maior quantidade de líderes deve existir maior número de cargos de direção'. É quando a liderança deixa de ser tecnológica pura no verdadeiro sentido da palavra para passar às vias do demagógico incentivo às práticas de interesses pessoais ou locais, em sacrifício dos objetivos do conjunto."

E, dando a divisão como assunto já decidido pelo Governo da República, ofereceu sugestões de como encarar os problemas decorrentes:

"No entanto prosseguia nenhum estudo nos foi dado conhecer que relacionasse razões verdadeiras para tal divisão, não havendo qualquer prejuízo aos municípios do sul por pertencerem à mesma Unidade Federada que os municípios do norte. Não há também razões técnicas que favoreçam o incremento do desenvolvimento simplesmente pela implantação de sua divisão física."

Depois de indagar de que garantias dependeria o desenvolvimento, afirma que:

"O fulcro do todo problema sócio-econômico é o recurso financeiro e não sabemos se eles existem disponíveis".

Concluindo:

"Se não existem meios financeiros nada se faz e o povo será frustrado e descontente. Se os recursos são inferiores às aspirações, continuarão os reclamos e as ilusões das falsas aspirações."

O segundo, já então ex-Deputado Federal José Feliciano Figueiredo, cuiabano da velha cepa, no dia 31 de dezembro de 1978 último dia da existência do Estado de Mato Grosso uno através das colunas do jornal "Correio da Imprensa", da Capital, gravava para o História o seu protesto:

"Consumatum est. Et inclinato capite tradit spiritum

Amanhã, dia 1º de janeiro de 1979, concretiza-se o mais hediondo crime cometido contra Mato Grosso pelo Governo Federal, por obra e graça da vontade férrea e ditatorial do Sr. Ernesto Geisel, aliado à matreirice impiedosa do seu Chefe da Casa Civil, o General Golbery do Couto e Silva.

Terrível o destino nosso!

Lutamos muito no passado pela unidade da Pátria e integridade de Mato Grosso; as nossas raias com as nações estrangeiras estão salpicadas do sangue generoso do cuiabano, desde os tempos coloniais até o Brasil império, sempre em defesa do solo sagrado da estremecida pátria, como bem disse Antônio João Ribeiro em Dourados, na invasão lopesguaia".

E os representantes da iniciativa privada responsável pela sustentação franca da transformação de Cuiabá para o progresso como afirma o Manifesto, como se posicionaram por ocasião do anúncio oficial do Governo do déspota Ernesto Geisel de dividir o Estado? Recordemos aqui, mais uma vez, que nenhum deles assinou o tal documento chamado "Manifesto dos Médicos".

Publicava o "Diário de Cuiabá", de 10.05.1977, abrindo sua principal matéria de primeira página:

"Garcia Neto deveria ter entregue seu mandato ao Presidente da República tão logo foi informado de que nada poderia fazer para evitar a desintegração do território mato-grossense', é a opinião unânime do empresariado da capital, que no último fim-de-semana reuniu-se para tomar posição sobre os dias futuros."

x x x x x

Mais do que provado está que o Manifesto foi uma reação, sobretudo emocional, contra as ofensas de um adventício contra Cuiabá; que entre seus signatários 69 figuravam 5 motoristas e muitas donas-de-casa com representação quase nula na sociedade da época; que nenhum representante da iniciativa privada o subscreveu e que duas personagens, uma que já desempenhara mandato eletivo e viria a desempenhar cargo de maior relevância no Parlamento Nacional e outra que seria Prefeito da capital e Governador do Estado, repudiariam o fracionamento do território de sua terra natal.

E que não foi uma manifestação dos NORTISTAS quando muito de alguns cuiabanos em prol da Divisão.

x x x x x

Onde tem início, então, a versão hoje dominante criada para substituir a verdade a respeito dos fatos dessa época histórica de Mato Grosso? A História, às vezes, como ideologia, alimenta-se de mitos criados por autores, empenhados em dar sustentação às suas idéias sem a necessidade de comprovação, distorcendo a realidade.

A versão que pretendeu substituir a verdadeira história nasceu da pena do historiador Rubens de Mendonça, um dos poucos divisionistas convictos, signatário do “Manifesto dos Médicos”, quando deixou registrado no seu livro “História de Mato Grosso” o parágrafo que será reproduzido em seguida ao seguinte esclarecimento.

Não move o autor qualquer sentimento menor em relação àquele historiador (de quem foi amigo fraternal), que na terceira edição da obra citada escreveu a dedicatória que aparece na página seguinte.

A expressão “pai da primeira edição deste livro” nasceu do reconhecimento pelo auxílio que o autor prestara, como Oficial de Gabinete e Chefe do Serviço de Relações Públicas do Gabinete do Governador, para tornar possível a edição original.

Vamos ao que disse Rubens de Mendonça:

“Depois de 4 anos, no dia 22 de agosto de 1963, os nortistas lançaram o seu primeiro manifesto “Pró-Divisão do Estado de Mato Grosso” e que foi cognominado Manifesto dos Médicos, porque nada menos de 18 médicos o subscreveram:”

Entre a data do Manifesto sulino de 1º de junho de 1959, sepultado no nascimento pelo pronunciamento do candidato Jânio Quadros e a data do “Manifesto dos Médicos”, de 22 de agosto de 1963, um único pronunciamento foi feito a favor do desmembramento do Estado: o do jornalista Fausto Vieira de Campos!

Onde se falar, então, que depois de 4 anos os NORTISTAS lançaram seu primeiro manifesto (e até hoje o único) em favor da causa, se apenas houve um pronunciamento inexpressivo e folhetinesco de poucos cuiabanos? Como se dizer, ainda, que até então os NORTISTAS eram contrários à divisão do Estado, como afirmou outro autor?

E os autores que se seguiram foram no mesmo diapasão e passaram a repetir monocordicamente o mesmo argumento inexistente...

Não fizeram nenhum esforço crítico em cima do tal “Manifesto dos Médicos” e passaram repito, com perdão da redundância a repetir o mesmo argumento inexistente...

Como afirmar que em 1963 circulou um Manifesto Pró-Divisão assinado por elementos das profissões liberais e pelas mais expressivas lideranças do empresariado e da sociedade cuiabana, se os signatários como já foi exuberantemente demonstrado de tal documento não tinham, nem de longe, tal representatividade e que nenhum representante do empresariado o subscreveu?

Como, ainda, registrar que essa tomada de posição encontrou terreno propício e alastrou-se rapidamente? Alastrou-se para onde? Em quais fatos se baseia essa informação?

Desconhece-se...

E o que levou esse autor a dizer que não tinha dúvidas em afirmar que, se na ocasião fosse realizado um plebiscito, o NORTE votaria esmagadoramente a favor da Divisão?

Houve alguma pesquisa nos idos de 1963? Absolutamente nenhuma. Apenas opinião pessoal não lastreada em fatos...

Mais ainda, onde se escorou o autor para, na seqüência, afirmar que, em 1977, quando o ditador Geisel decidiu pela Divisão, se fosse feito o plebiscito, o NORTE votaria esmagadoramente (grifo do autor deste artigo) a favor da Divisão?

Apenas um ponto de vista pessoal, contrariado por ele mesmo ao consignar noutra local:

“Populações interessadas na divisão foram lançadas para este ou aquele lado sem serem ouvidas, como foi o caso de Corumbá e Ladário, que prefeririam continuar anexadas a Mato Grosso, se consultadas fossem, em plebiscito.”

Ora, se até populações de cidades do SUL votariam com o NORTE, se consultadas, como inferir que populações do NORTE votariam a favor, se a Divisão foi feita contra o NORTE, contra o hoje Mato Grosso, como denunciou corajosamente o Deputado Milton Figueiredo da tribuna da Câmara e como se posicionou por unanimidade o empresariado da Capital conforme consignou o "Diário de Cuiabá", de 10.05.1977?

A verdade é que os corumbaenses e ladarenses, em sua grande maioria, votariam contra a Divisão do Estado, pois o sentimento pela manutenção do Estado íntegro era extremamente arraigada na alma daquela gente e principalmente das suas lideranças, oriundas de Cárceres, Cuiabá, Livramento, Poconé e outros municípios do Norte.

Afirmamos com a máxima convicção que Corumbá e Ladário se manifestariam contra a Divisão, se consultados, com base em fatos e não como mero palpite, tanto assim que, mesmo após consumada a Divisão, suas populações ensaiaram um movimento para sua reintegração a Mato Grosso, como registrou o "Correio Braziliense", de 07.12.1983:

"Enquanto isso, no dia 07, ainda em dezembro, o "Correio Braziliense" nos informava de um movimento de inconformismo registrado em Corumbá e Ladário a propósito da atuação do recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul.

Registrava aquele periódico que era intenção do Governador Wilson Martins, daquele Estado, instalar simbolicamente o Governo Estadual, por alguns dias em Corumbá e Ladário, a fim de neutralizar a campanha que vinha sendo desenvolvida pelo deputado estadual Cecílio de Jesus Gaeta, do PMDB, junto aos prefeitos daquelas cidades, tentando convencê-los a retornarem, os dois municípios, à jurisdição do Estado de Mato Grosso.

- 'O prefeito de Corumbá, Ruy Walter Albaneze, do PDS, já se declarou a favor da anexação pretendida', concluía sua notícia o jornal brasiliense."

Aí está, com clareza, a VERDADE sobre o "Manifesto dos Médicos", inteiramente contrária à VERSÃO tão propalada no Estado.

Ninguém levou a sério o tal "Manifesto"...

Nossa consciência de mato-grossense que ama sua terra não estaria em paz enquanto não registrasse para a História a maneira como os fatos realmente aconteceram.

Brasília outubro 1999.

Assinaram o "Manifesto dos Médicos" as seguintes pessoas:

José Faria Vinagre Médico; Aguilar Vieira do Nascimento Médico; José Leite de Figueiredo; Leony PaIma de Carvalho Médico; Edio Lotufo Médico; Hilton Corrêa da Costa Médico; Eurico Saraiva Advogado, Delphino de Matos

Autárquico; Sebastião Zeferino de Paula Médico; Nevantino Borba Médico; Aécio Moreira Médico e Professor; Marcondes Pouso Filgueira Médico; Luiz Almeida de Figueiredo -Médico; Edgard Sardi de Figueiredo Médico, Vice-Prefeito; Eduardo de Arruda Levy Médico; Paulo Epaminondas Médico; Emanuel Almeida de Figueiredo- Médico; B Canavarros Médico; Ivo Rici Médico; Althair Ramos de Moura Cirurgião-Dentista; Antonio Antunes de Almeida Contador; Aurélio Costa Vereador e Motorista; Flores Santiago de Lima Advogada; Maria Rosa de Barros Contadora; Vera Maria Pereira do Nascimento Contadora; Creusa Maria de A. Campos Contadora; Circe de Oliveira Botelho Contadora; José Salgado Bianchi; Catarino Miller Advogado; Amélia Machado Lôbo Farmacêutica; Ana Lurdes da Silva; Maria Luiza de Campos; Odinir Vandoni Engenheiro; Paulo Tocantins Lobo; Esmeralda França; Estevina do Couto Abalem; Lourival Hugueney; Arcy de Moraes; Nelson Tocantins Lobo; Oscar Soares Deputado Estadual; José Feliciano de Figueiredo; Rubens de Mendonça Jornalista; João Benedito do Amaral Motorista; Nilo Gonçalves de Lima Motorista; Gonçalo Zeferino de Paula Motorista; Hermes Ferreira de Moraes Motorista; Frederico C. S. Campos Engenheiro Civil; Newton Alfredo Poeta do Povo; May do Couto Vereadora e Professora; Braulino Leite Vereador; Alvaro Benedito Duarte Vereador; Octavio Alberto de Sant'Ana; Camillo Coury; Ronaldo de Castro; Jornalista Evaldo de Barros; Anibal Molina; Evans Curvo; Nelson Ramos; Eliseu Carvalho Prado Gráfico; Clóvis Hugueney; José Luiz Franco Lobo; Aracy Ferreira Hugueney; Cloracy Hugueney Franco Lobo; Clocy Hugueney; Maria Hugueney; Nelson E. dos Reis Gráfico; Manoel Miraglia; Afonso Pinto Duarte Funcionário Autárquico; José Monteiro de Figueiredo Médico.

Do autor:

- Aripuanã, a terra esquecida Livraria Rui Barbosa Soc. Gráfica Editorial Campo Grande 1967;
- A Divisão de Mato-Grosso Royal Court Editorial Ltda Brasília 1996;
- Os caminhos por onde eu passei... (memórias) Linha Gráfica Editora Brasília 1996;
- O “Manifesto dos Médicos” e a Divisão de Mato-Grosso Edição Própria Brasília 1999.